



**ATA Nº 3/ 2024**

**da Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Mora, realizada no dia  
30/04/2024**

*(De acordo com o nº 2 do artigo 57º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, na sua  
atual redação)*

1. Aos trinta dias do mês de abril, do ano de dois mil e vinte e quatro, pelas vinte e uma horas, reuniu, em Sessão Ordinária, no Auditório Municipal do Parque de Feiras, a Assembleia Municipal de ora, tendo estado presentes os seguintes membros convocados: Maria Joaquina Filipe Salgueiro (Presidente da Assembleia Municipal), Carlos Alberto da Silveira Biléu (1.º Secretário), Arnaldo António Valdanta da Silva (2.º Secretário), António José Ameixeira Vitorino, João Carlos Durão Lopes Saraiva, António Manuel Matos Salgueiro, José Manuel Ribeiro Pinto, António Alberto Nunes Vitorino, João Aleixo Rodrigues de Carvalho, Nélia de Jesus Dias Aniceto Santos (CDU), Ana Paula Beja da Cruz Matos, João Manuel Marques Coelho, Miguel Filipe Chuço Maia, Floripes da Conceição Sousa Laurindo, Clemente Martinho Medeiros, Paula Alexandra Iordache, Hélder Joaquim Pires Ganhão e Custódia Maria Casanova (PS).
2. Em representação da Câmara Municipal estiveram presentes: A Presidente da Câmara Municipal, Paula Chuço, o Vice-Presidente Hugo Carreiras e pelo Vereador António Ferreira (PS).
3. Na sequência da sua convocação para a presente sessão, apresentou a justificação para a sua ausência a membro Anabela de Matos Aleixo (PS), a qual pediu a sua substituição, o membro Fábio Alexandre Bicho Coelho apresentou a justificação para sua ausência, o qual pediu a sua substituição, a membro Ana Maria Prates Ramalho Aniceto, apresentou justificação para a sua ausência, a qual pediu sua substituição e a membro Catarina Gato Vieira da Silva apresentou a justificação para sua ausência, a qual pediu a sua substituição.

PERIODO DA INTERVENÇÃO DO PÚBLICO

4. A Presidente da Assembleia Municipal questionou o público presente se pretendiam intervir, não se registando nenhuma intervenção.



PERIODO ANTES DA ORDEM DO DIA

5. A **Presidente da Assembleia Municipal**, perguntou aos grupos Municipais se pretendiam apresentar alguma intervenção.
6. O **eleito José Pinto (CDU)**, questionou a senhora Presidente de Câmara Municipal de Mora sobre o Loteamento Municipal, sobre o estudo geológico, a escola de Brotas e a proposta do Regulamento Municipal do Cartão do Idoso.
7. A Presidente da Assembleia Municipal deu a palavra à **Presidente de Câmara**, que cumprimentou todos os presentes, e começou por informar que em 2023, ocorreu uma reunião com os herdeiros do terreno do novo Loteamento Municipal de Mora, foi-lhes explicado que se não tivessem de acordo com o proposto, que o passo seguinte seria a expropriação, e que entretanto o porta-voz dos herdeiros ficou de dar uma resposta durante a semana decorrente ou na semana seguinte, informou ainda que as reuniões elaboradas com os herdeiros estão em ata, e que a negociação tem sido muito complexa. A Presidente de Câmara anunciou que brevemente iria dar seguimento ao espaço da sala de escola de Brotas. Sobre o espólio da biblioteca, informou que já tinha contactado com a universidade, mas ainda não tinha uma data definida. Relativamente ao Regulamento Municipal do Cartão do Idoso, a proposta do valor passar para os 550 euros irá a reunião no próximo dia 16 de maio, juntamente com outras propostas de alteração. O projeto da passagem do Bairro da Laranjinha, está concluído e comprado todo o material, para iniciar as obras muito brevemente. Sobre o estudo geológico salientou que está incluído no orçamento Municipal e que a intenção do executivo é de concretizar todas as propostas apresentadas pela CDU, antes do final de 2024.
8. A **Presidente da Assembleia Municipal** lembrou aos eleitos que façam as suas intervenções sempre no púlpito para que seja facilitada a audição das mesmas.
9. A Presidente da Assembleia Municipal concedeu a palavra à eleita **Floripes Laurindo (PS)**, apresentou a moção “Mantenhamos vivo o espírito do 1º de Maio de 1866”, do grupo do Partido Socialista na Assembleia Municipal de Mora, sendo aprovada por unanimidade e aclamação – Anexo (11/2024).



10. O 1º Secretário **Carlos Biléu** questionou a Presidente de Câmara sobre os diferentes valores a pagar nos diferentes escalões de água, referindo que este mês ao receber a fatura da água, a fatura apresentava um aumento de 3% no consumo de água, 15% no saneamento e 10% nos resíduos sólidos e pediu explicações sobre as diferentes subidas de preços.
11. A Presidente da Assembleia Municipal passou a palavra à Presidente de Câmara que sugeriu que o **Vereador Hugo Carreiras** esclarecesse a subida de preços nas faturas da água. O vereador Hugo Carreiras referiu que a alteração no preço da fatura da água deve-se essencialmente à relação de custo efetuado em 2024, chegasse aos 90% do custo relativamente ao consumo de água, e no caso do saneamento e resíduos sólidos os valores a pagar também subiram devido, à subida drástica do preço dos serviços prestados pela Gesamb, concluiu mostrando-se disponível para qualquer esclarecimento adicional.
12. A **Presidente da Assembleia Municipal** apresentou a Moção sobre o 1º de maio "Comemorar o 1º de Maio Defender e exercer os direitos, lutar para avançar" do Grupo Municipal da CDU, sendo aprovada por unanimidade e aclamação - Anexo 12/2024.
13. **Aprovação das atas das Sessões anteriores**
14. Foi aprovada por maioria com uma abstenção na Bancada do PS por não ter estado presente na sessão, a Ata nº 6/2023, referente à Sessão realizada no dia 26 setembro de 2023.
15. Foi aprovada, por unanimidade a Ata nº 7/2023, referente à Sessão realizada no dia 15 de dezembro de 2023.
16. A eleita **Custódia Casanova (PS)** sugeriu algumas alterações no conteúdo da ata nº 7/2023.
17. O 1º Secretário **Carlos Biléu**, esclareceu que todas as alterações que queiram ver colocadas em ata devem ser enviadas antecipadamente e não apresentadas no dia das sessões da Assembleia Municipal.
18. Foi aprovada por unanimidade a Ata nº 1/2024, referente à Sessão realizada no dia 29 de fevereiro de 2024.
19. **Apresentação da Ordem do Dia da Presente Sessão**
20. Foi aprovada, por unanimidade, a **Ordem do Dia** da presente Sessão da Assembleia Municipal.

PERIODO DA ORDEM DO DIA
-------------------------



### 21. Ponto Um – Mapa de Pessoal 2024

22. A Presidente da Assembleia concedeu a palavra ao eleito **João Saraiva (CDU)**, que cumprimentou todos os presentes, e anunciou a sua perplexidade face à apresentação de proposta de alteração ao Mapa de Pessoal pela 3ª vez por parte do executivo da Câmara Municipal de Mora. Referiu que após 2 recusas sucessivas na assembleia quanto à sua aprovação do Mapa de Pessoal pode dizer-se que as deliberações tomadas pelo executivo têm origem política e ou com base em questões de gestão, parecendo-se enquadrar em política partidária interna sobre a qual não quer, nem deve exprimir ou intervir. Referiu mais ainda que a CDU, através da apresentação das declarações que capearam o seu voto negativo relativo às duas anteriores propostas presentes a esta assembleia, mostrou-lhes que para o atual executivo centrar-se num futuro sustentável para o nosso município não é uma das suas prioridades. Conclui dirigindo-se à Presidente de Câmara e à mesa de Assembleia Municipal, informando que o grupo municipal da CDU, mais uma vez irá apresentar uma declaração de voto escrita para a qual pede que seja inserido no site do Município – Anexo 13/2024.

23. A **Presidente de Câmara** pediu a palavra à Presidente da Assembleia Municipal, para esclarecer o motivo pela qual trouxe novamente o Mapa de Pessoal para aprovação, reiterou a necessidade de 5 postos de trabalho, nomeadamente em que 4 postos de trabalho referem-se ao apoio a 130 crianças na escola para o acolhimento e no prolongamento de componente de apoio à família. Reforçou também que para ser possível que tenha mais habitantes no concelho, tem de lhe dar condições para que possam deixar os seus filhos em segurança. Referiu que em respeito aos 2 técnicos que desempenham estas funções em conjunto com os 4 trabalhadores precários, não se deve, só dizer que somos contra a precariedade, mas sim colocar um fim à precariedade efetivamente. Referiu que o Mapa de Pessoal também tem a necessidade de um posto de trabalho para a DOU, para a qual os 2 Recursos Humanos existentes não estão a conseguir dar resposta devido aos inúmeros processos que Câmara Municipal está a receber, sendo um sinal de que as pessoas estão a adquirir e a requalificar casas no nosso concelho. Dado conhecimento das necessidades para aprovar o mapa de pessoal, a senhora Presidente de Câmara pede respeito para as crianças do concelho, para os pais das crianças e para os 2 técnicos e esclarece que este mapa de pessoal nada tem a ver com teimosia ou politiquices, mas sim com a necessidade que tem, da ocupação destes 5 postos de trabalho para prestar um ótimo serviço à população.

24. Não havendo mais intervenções, a **Presidente da Assembleia Municipal** colocou a votação o Ponto 1, tendo sido **deliberado**, por maioria **reprovar** com 10 votos contra (CDU) e 8 votos a favor (PS), o **Mapa de Pessoal para 2024**.



**25. Ponto Dois – Aprovação do Relatório de gestão e Contas do exercício de 2023.**

26. A Presidente da Assembleia Municipal concedeu a palavra ao **1º Secretário Carlos Biléu**, dirigindo-se à senhora Presidente de Câmara analisou a situação financeira da Câmara Municipal de Mora – Anexo 14/2024.

27. A **Presidente de Câmara** pediu a palavra à Presidente da Assembleia Municipal para que a Dra. Andrea Fernandes pudesse explicar tecnicamente o relatório de gestão e depois no final da sua intervenção, faria algumas considerações sobre o que foi abordado pelo senhor eleito da CDU.

28. A Dra. **Andrea Fernandes** cumprimentou todos os presentes, e começou a explicar que os documentos de prestação de contas são documentos que servem para prestar toda a informação da atividade municipal ocorrida anualmente e que pode ser analisada de 3 formas, de forma orçamental, que engloba as rubricas em termos de pagamentos e recebimentos. De forma geral e patrimonial, que analisa as rubricas segundo o que é efetivamente gasto ou rendimento de um determinado período, referiu como se obtém um excedente orçamental bom e como se pode ter resultados negativos. Em contabilidade orçamental o saldo de gerência apresentada é de 4 milhões, 144 mil e 592 euros que se traduziu num aumento de 14 % em relação ao ano anterior, contribuindo para esse aumento os impostos diretos, o imposto municipal sobre as transações que revela mais vendas de casas. As transferências de capitais oriundas do orçamento de estado para fazer face às despesas com a transferência de competências. Em relação aos valores orçamentados, a despesa alcança um grau de execução 64,94 % e a receita 95, 48%, do ponto de vista da contabilidade geral e patrimonial, explicou que os gastos e os rendimentos efetivamente do período independente do seu pagamento, como por exemplo o subsídio de férias ou a eletricidade que é faturada em dezembro, mas só é paga em janeiro, estes gastos ficam nas contas do ano de 2023. Segundo a contabilidade patrimonial em termos de rendimentos e ganhos conseguiu-se um aumento através das taxas de TGR, houve um aumento das transferências e subsídios concedidos a instituições particulares nomeadamente aos Bombeiros Voluntários de Mora, o carro de desencarceramento e o apoio para cobertura do campo de Padel, a rubrica de fornecimento e serviços externos, apresentou um aumento de 20% relativamente a 2022 e aumentou as despesas com a eletricidade, com o gasóleo, os gastos com pessoal que aumentou 11% relativamente a 2022 decorrente do aumento do salario mínimo nacional, das regularizações que foram feitas de pessoas que estavam a recibos verdes e passaram a contrato e também das avaliações de desempenho. As amortizações a rondar os 300 mil euros tiveram um grande peso, decorrente do contrato de concessão existente entre o Município e a E-Redes, que englobou a mudança para as lâmpadas leds e que só este ano foi possível registar esses equipamentos no nosso património. Aumentou os gastos com os juros dos 3 empréstimos que o Município tem, referentes ao Fluviário e à escola de Pavia e Cabeção deste



modo obteve-se um resultado negativo de 980 mil 357 e 85 cêntimos. Referiu-se também aos investimentos financiados, como a conclusão da obra da Torre do Relógio, o início da obra do Caci e do Canil Municipal, a compra de 2 elevadores para a escola, o barco para retirar os jacintos de água e a viatura para recolha Bio. Conclui mostrando-se disponível para responder a questões e agradeceu em seu nome e da Dra. Ângela à Assembleia Municipal por terem adiado a data da presente reunião, pois encontraram algumas dificuldades a nível informático e na elaboração da inventariação dos bens da E-Redes.

29. A **Presidente da Assembleia Municipal** agradeceu à Dra. Andrea e esclareceu que nomeadamente a mesa da assembleia não está cá para prejudicar nada nem ninguém, muito menos o trabalho dos trabalhadores da Câmara.
30. A **Presidente da Câmara** pediu a palavra para concluir o que foi explicado pela técnica, valorizando a situação dos trabalhadores que deixaram de ser precários e o aumento dos salários dos trabalhadores. Mais informou, que os 3 empréstimos foram concretizados pelo executivo anterior, e pelos quais se continua a pagar juros. Referiu que a intenção deste executivo é de manter uma almofada financeira. E referiu também que neste relatório de gestão está descrito todo o património da Autarquia que está a ser legalizado e que não estava registado em nome da Autarquia, tem sido um trabalho complexo porque não tinham a documentação do referido património e que apesar das dificuldades, a pretensão do executivo é que dentro de 1 ano e meio, todo o património da Câmara Municipal possa estar registado efetivamente em nome da Câmara Municipal.
31. Não havendo mais intervenções, a **Presidente da Assembleia** colocou à votação o Ponto 2, tendo sido **deliberado** por maioria **aprovar** com 8 votos a favor (PS) e com 10 abstenções (CDU), a **Aprovação do Relatório de gestão e Contas do exercício de 2023**.
32. A Assembleia Municipal tomou conhecimento do **Ponto dezasseis – Informação da Câmara Municipal prevista na alínea c) do nº.2 do artigo 25 da Lei nº. 75/2013, de 12 de setembro**.
33. **Miguel Chuço (PS)** pediu a palavra para sugerir que em cada ponto fosse esclarecida qual a votação para que o público ali presente pudesse ficar esclarecido em relação à votação.
34. A **Presidente da Assembleia Municipal** informou que seria lida a minuta da ata que continha as votações de todos os pontos.
35. A Presidente de Assembleia Municipal concedeu a palavra à **Presidente de Câmara** que informou da reunião realizada com os senhores vereadores da CDU sobre as comemorações do 50 aniversário do 25 de abril, referindo que o programa para as comemorações se prolongará durante todo o mês de maio. Salientou o concurso “Pintar abril” que foi bastante interessante com a participação de mais de 100 crianças na elaboração de desenhos sobre o tema e a participação de jovens da terra que mostraram o conhecimento que têm sobre o 25 de abril de 1974, na Tertúlia realizada com a



moderadora Custódia Casanova. Referenciou também os inúmeros eventos realizados pelas associações com o apoio da Câmara Municipal. Continuou esclarecendo que a empreitada da Oficina da Criança terá início no mês de maio e a empreitada para reparação dos danos nas Infraestruturas Municipais provocadas pelas cheias também tiveram início no período que está referenciado no relatório, e que estão praticamente terminadas faltando apenas a pintura. A empreitada da construção do pavimento de base do skate-parque está pronta a ser iniciada. Enumerou eventos como as comemorações do dia da mulher, dia da árvore, o aniversário do Fluviário que conta já com um milhão de visitantes, a exposição da Mariana Espadaneira uma jovem talentosa do concelho, o dia da água foi comemorado com um concerto de Orquestra sem Fronteiras que é um projeto aprovado pela Cimac, não tendo qualquer custo para a Autarquia. Relativamente ao funcionamento do centro de saúde de Mora até ao final do mês de maio serão garantidas as consultas abertas por uma empresa, o que facilita a disponibilidade das médicas Dra. Manuela e a Dra. Felicidade para prestarem apoio médico nas freguesias do concelho. Conclui dizendo que é importante que os eleitos e a população tenham conhecimento do decorrer das obras e dos eventos que se concretizaram durante este período.

36. A Presidente de Assembleia Municipal deu a palavra ao eleito **José Pinto (CDU)**, questionou para quando seria construído um monumento alusivo ao 25 de abril de 1974.
37. A **Presidente de Câmara** respondeu, que já reuniu com os senhores vereadores e que está a ser desenvolvido para que possa ser uma realidade, não tendo data para a sua concretização.
38. Não havendo mais assuntos a tratar, foi lida, votada e **aprovada** por **unanimidade**, a minuta da ata, tendo a Presidente da Assembleia Municipal dado por encerrada a sessão quando eram 22 horas e 20 minutos, do dia 30 de abril de 2024.
39. A Ata nº 3/2024 **aprovada** com uma abstenção na bancada da CDU, pelo facto de não estar presente na referida sessão, na Sessão da Assembleia Municipal realizada em 27/06/2024, vai ser assinada pelos membros da mesa, assim como por mim, Patrícia Arsénio, que a redigi e subscrevo.



Patrícia Joazequina Filipe Salgueiro

(Presidente da Assembleia Municipal)

Paulo César

(Primeiro Secretário)

António Augusto V...

(Segundo Secretário)

Patrícia Azeiteiro

(Redator)



## Moção

### Mantemos vivo o espírito do 1.º de maio de 1866

No século XIX e na sequência da Revolução Industrial o Mundo do trabalho alterou-se radicalmente.

Pela primeira vez na História o conceito de classe operária e de operários passou a ser utilizado em confronto com a entidade patronal.

A Revolução Industrial criou, em todo o mundo, nomeadamente na Europa e nos Estados Unidos, uma massa operária que de forma desumana e injusta foi objeto de todo o tipo de exploração por parte dos donos das empresas industriais, então chamada de “burguesia industrial”. Para fazer face a tal exploração surgiu então o Movimento Operário que culminou com a realização de uma Greve Geral, de dimensões únicas, realizada no dia 1 de maio de 1866 nos Estados Unidos da América.

Depois desse dia as relações laborais não voltaram a ser as mesmas. Os Estados passaram a sentir necessidade de legislar, em matéria laboral, em defesa dos

trabalhadores, fixando horários de trabalho, condições de trabalho e remunerações.

O Movimento Operário mundial teve uma ampla divulgação e, em todo o Mundo, procurou trazer justiça para as relações laborais.

Sem o Movimento Operário organizado, sem a sua luta, a sociedade seria muito mais injusta, muito mais desumana e mais pobre.

Hoje, ao vivermos na ante-Câmara de uma nova revolução nas relações laborais, de cariz tecnológico, tudo aquilo que o Movimento Operário conquistou até ao momento mantém-se necessário, mantém-se válido e continua a justificar a luta daqueles que trabalham.

Vivemos uma fase que, do ponto de vista tecnológico e laboral, não sabemos como irá terminar.

A Revolução Industrial para além do bem que trouxe à Humanidade criou muito desemprego, muita fome e muita miséria.

Cabe-nos a nós, neste momento, estarmos atentos e cabe a todo o Movimento Laboral não deixar que isso aconteça novamente com a Revolução Tecnológica que estamos a viver.

Hoje, como aliás desde o século XIX, continuam vivos os princípios que nortearam todas as lutas de todos os trabalhadores.

Continua vivo o direito de lutar por um salário condigno, por um horário de trabalho respeitador do direito ao descanso e à vida pessoal e familiar dos trabalhadores, por condições de trabalho respeitadores da higiene e segurança no trabalho, pela igualdade de oportunidades, pela não discriminação sexual ou qualquer outro tipo de discriminação, pela afirmação dos trabalhadores como motores do desenvolvimento económico e social de cada Sociedade e pela democracia.

Portugal não é diferente dos outros países, motivo pelo qual devemos todos apoiar as lutas dos Movimentos Operários e dos Sindicatos, não esquecendo que isso só é possível porque a Revolução iniciada em 1974 abriu as portas das Liberdades, entre as quais se inclui o direito à organização dos trabalhadores e à definição de um conjunto de direitos constitucionais que as entidades patronais têm obrigatoriamente de respeitar.

Viva o Movimento Operário! Vivam os Trabalhadores Portugueses! Viva o 1.º de Maio!

*Mora, 30 de abril de 2024*

## **O Grupo do Partido Socialista na Assembleia Municipal de Mora**



## MOÇÃO

### **Comemorar o 1º de Maio Defender e exercer direitos, lutar para avançar**

No singular ano em que se comemora o 50º aniversário do 25 de abril de 1974, aproxima-se também o 1º de Maio, Dia Internacional do Trabalhador.

Estas duas datas, no contexto Português, pelos valores que representam e transportam, de humanismo e defesa de maior justiça social, são inseparáveis.

Valorização das profissões e das carreiras, combate à desregulação dos horários e à precariedade, igualdade de direitos no trabalho e no salário, segundo o princípio de que a trabalho igual deve corresponder salário igual, independentemente das características de cada um, são lutas que ganham mais voz no Dia do Trabalhador.

Todos estes anseios, de quem vive do seu trabalho, não encontram melhor correspondência do que nos valores do 25 de Abril e, se muito foi conquistado, muito resta por conquistar e nada está garantido.

Assim, num 1º de Maio especial, com os pulmões dos trabalhadores ainda cheios e revigorados pelo oxigénio de Abril, é hora de afirmar que o lugar de todos, homens e mulheres, não é em casa, mas sim na rua, de braço dado, defendendo e exercendo os direitos conquistados e lutando para avançar.

Saudamos o 1º de Maio, Dia Internacional do Trabalhador, e o seu inestimável património de transformações económicas e sociais.

Apelamos a todos os trabalhadores que se juntem às iniciativas que assinalarão esta data, tanto no Distrito de Évora como pelo País;

Exigimos a valorização do trabalho, melhores e mais dignas condições de trabalho e de vida, reafirmando os valores do 25 de Abril e do 1º de Maio em cada dia de trabalho e de luta.

Grupo Municipal da CDU

30 de Abril de 2024

**Mapa de Pessoal****Declaração de voto**

O Grupo Municipal da CDU vota novamente contra este Mapa de Pessoal pelas seguintes e fundamentadas razões:

1º Pelos fundamentos já invocados na Declaração de Voto apresentada na Sessão da Assembleia Municipal de 15 de Dezembro de 2023, que se anexa e que deve ser reproduzida sempre que se justificar;

2º Ao contrário do que aconteceu com os Mapas de Pessoal presentes às Sessões de 15 de Dezembro de 2023 e 29 de Fevereiro de 2024, que são exactamente os mesmos, desta vez, não houve da parte do executivo municipal qualquer tentativa de negociação com a CDU. Ora, é sabido que se a resposta ao mesmo problema é sempre a mesma o resultado também só pode ser exactamente igual;

3º Não pode o executivo municipal vitimizar-se e acusar a CDU de obstaculizar a sua gestão em matéria de pessoal quando na verdade este problema foi criado pelo próprio executivo a quem compete, portanto, a sua resolução. Se da parte do executivo houvesse uma rigorosa, estruturada e criteriosa gestão do pessoal esta questão jamais se colocaria.

4º Com efeito, com tantos lugares abertos e por preencher no quadro de pessoal não se compreende esta obstinação de abrir ainda mais lugares;

5º Queremos acreditar que não estamos perante mais uns quantos lugares prometidos. Por isso, mas sobretudo por uma questão de transparência, convidamos a senhora Presidente a publicar a lista dos trabalhadores que entraram para quadro, os que estão a recibos verdes ou por avença, mais os lugares de nomeação política.

6º Se infelizmente o número de habitantes do Concelho tem vindo sistematicamente a diminuir; se as competências da Câmara são as mesmas, excetuando as que aceitaram de bom grado vindas do poder central - Acção Social, Saúde e Educação - e que, como disse o governo, vieram acompanhadas dos recursos financeiros, técnicos, materiais e humanos, como se justifica então esta necessidade de mais e mais pessoal que se traduz num esbanjamento de recursos financeiros que tanta falta fazem para o bem-estar da população e para o desenvolvimento do nosso Concelho?

Apesar da postura muito ponderada e possivelmente demasiado construtiva que a CDU tem vindo a adoptar ao longo deste mandato, permitindo, nomeadamente, a aprovação dos principais instrumentos de gestão – Plano de Actividades e Orçamento - , não podemos deixar de reafirmar que a CDU não se revê neste tipo de gestão que coloca em risco a sustentabilidade financeira da Câmara Municipal e hipoteca o nosso futuro colectivo, reservando-se desde já o direito de rever futuras posições e sentido de voto sobre estas e outras matérias.

Pelas razões invocadas, o Grupo Municipal da CDU vota novamente, e pela terceira vez consecutiva, contra a proposta de Mapa de Pessoal apresentada.

O "Grupo Municipal da CDU", na Assembleia Municipal de Mora.

Mora, 30 de Abril de 2024





Senhora Presidente da Câmara,

Depois desta Assembleia, em 29 de Fevereiro passado, ter tido conhecimento do saldo orçamental do passado ano, são apresentadas hoje as contas finais do Exercício de 2023.

Naturalmente que, perante um documento essencialmente técnico, não haverá muitas considerações de natureza política a fazer. Ao contrário do Orçamento, que acompanha e dá suporte a um Plano de Actividades, que é merecedor de uma profunda análise e discussão política, a chamada "Conta de Gerência" já nos aparece como que "filtrada", mas não deixando os seus números de exigir alguma atenção e análise crítica.

Assim, depois de termos um saldo orçamental de 4.082.992,71 euros resultante de um incremento de 1.016.146,52 euros, nas rubricas orçamentais de 2023, estamos agora perante um Resultado Líquido negativo de -980.357,85 euros, devido a amortizações e outras operações contabilísticas. Este valor negativo teve um expressivo aumento em relação ao período anterior (-324 m€ em 2022), mas não lhe damos demasiada importância, pois o resultado é negativo quase todos os anos.

Em termos de Balanço, a Câmara Municipal apresenta uma boa situação económica e uma confortável situação financeira, situação que desde há muitos anos vem a ocorrer.

Mas em termos financeiros existem neste relatório três situações que importa analisar:

Transferências e subsídios correntes obtidos

2021	5.001.629,73	Diferença	Dif. Acum.	%
2022	5.778.547,64	+776 m€		
2023	5.687.798,85	- 90 m€	+ 686 m€	13%

### Gastos com Pessoal

2021	3.111.411,11	Diferença	Dif. Acum.	%
2022	3.609.721,28	+ 498 m€		
2023	3.995.128,26	+ 385 m€	+ 883 m€	28%


### Fornecimentos e Serviços Externos

2021	1.890.262,46	Diferença	Dif. Acum.	%
2022	2.553.662,67	+ 663 m€		
2023	3.059.793,80	+ 506 m€	+ 1.169 m€	61%

Estas rubricas são as que têm maior impacto no orçamento da Câmara Municipal e, pela leitura da Demonstração dos Resultados de 2021, 2022 e 2023, verifica-se um aumento assimétrico dos seus valores. Assim, a receita de Transferências teve, de 2021 para 2023, um aumento de 686 m€ (13%), enquanto que os Gastos com Pessoal aumentaram 883 m€ (28%) e as despesas com Fornecimentos e Serviços Externos aumentaram 1.169 m€ (61%).

A acrescentar a isto, importa referir que na alteração orçamental que resultou da integração do saldo do ano passado, as rubricas de pessoal para 2024 passaram a ter um valor orçamentado de 5.522 m€, cerca de 1,5M€ a mais do que os 3.992 m€ gastos em 2023.

A persistirem estes montantes, e não havendo contrapartidas positivas que o impeçam, corremos o risco, como dissemos nesta Assembleia na última sessão, de irmos perdendo a curto prazo, a confortável "almofada financeira" de que hoje ainda dispomos.



Por último, uma questão já aqui levantada a propósito da transferência de competências, no que diz respeito à responsabilidade, por parte da Câmara Municipal, sobre os edifícios e equipamentos da Escola EB23S de Mora. A este propósito o ROC, no relatório que acompanha os documentos deste ponto, refere também que: "*... foram transferidos para a responsabilidade do município diversos activos, nomeadamente os edifícios da Escola EB 2,3 de Mora e o respectivo equipamento. No entanto ainda não foi possível ao município registar esses activos no seu património*".

Ora estamos perante mais uma complicação resultante da transferência de competências, de que resultarão mais encargos para a Autarquia. Sem conhecer de facto quais os valores patrimoniais em causa, certo é que vamos estar perante um aumento do património municipal, mas também, e mais importante, um substancial aumento de encargos com a manutenção, quer do edifício, quer dos equipamentos em causa.

Por tudo isto, faço um apelo aos munícipes, para que se mantenham interessados nestas questões, aos membros desta Assembleia Municipal, para que acompanhem o evoluir destes assuntos, e, obviamente, ao Executivo camarário, para que leve a cabo uma gestão criteriosa e cautelosa das verbas municipais.

A.M. - 30-04-2024

Carlos Biléu

Grupo Municipal da CDU

